

'CONTRADIÇÃO' É CONDENADA

População repudia aumento de salário dos Três Poderes e veto ao mínimo de R\$ 100

Uma das conclusões a ser tiradas da pesquisa InformEstado é a de que a ausência de medidas espetaculares nas primeiras semanas do governo Fernando Henrique Cardoso deixou um vazio que está sendo preenchido por notícias ruins ou, pelo menos, potencialmente ruins. A primeira delas é a coincidência entre o aumento do salário do presidente, de sua equipe ministerial e dos parlamentares e o anúncio do veto ao salário mínimo de R\$ 100. Se 85% dos entrevistados condenam o veto ao reajuste, deve estar aí um dos motivos da redução, de 54% para 42%, do número de brasileiros que apóiam "totalmente" Fernando Henrique.

A contradição, mesmo justifi-

cada pelo déficit da Previdência e pela necessidade de dar salários competitivos ao primeiro e segundo escalões, soa à população como insensibilidade política. "O presidente acha que seria demagogia agir de outra maneira", afirma, como justificativa, um aliado político. Mais difícil ainda para o eleitor, contudo, é compreender a anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Segundo a pesquisa, 87,6% dos entrevistados querem que o presidente vete a medida, mas ele não pode tomá-la esta atitude sem correr riscos no Congresso. Neste caso, Fernando Henrique está pagando à vista por uma mercadoria que vai receber em prestações, ou seja, em apoio para as reformas constitucio-

nais.

Se o problema da anistia a Humberto Lucena não foi criado no Palácio do Planalto, é de responsabilidade do governo outros fatos negativos de janeiro: o erro nas contas da balança comercial e a revelação de que os números do Tesouro foram camuflados em novembro passado. O brasileiro pode não entender de contas oficiais, mas o noticiário sugere a existência de irregularidades. Isso pode explicar porquê caiu de 37% para 23% o índice dos que acreditam "totalmente" em Fernando Henrique. Estes números servem como um alerta: não é só no Congresso que o presidente precisa ocupar vazios e produzir boas notícias.

Ricardo Amaral/AE